

## **KLAXON**

Revista editada em São Paulo de maio de 1922 a janeiro de 1923, concebida como plataforma de divulgação e defesa da arte moderna brasileira. De circulação mensal, seus editores eram Mário de Andrade, Menotti del Picchia, Di Cavalcanti, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira e Graça Aranha. Colaboravam assiduamente com artigos, ensaios ou poesias Sérgio Milliet, Anita Malfatti, Sérgio Buarque de Holanda, Raul Bopp e outros nomes ligados ao modernismo brasileiro e europeu.

A partir da Primeira Grande Guerra, São Paulo despontou como cidade industrial, graças à política de substituição de importações e à presença maciça de imigrantes e de capitais acumulados pelo comércio cafeeiro. Gráficas, cutelarias, funilarias, indústrias de automóveis – a Ford instalou-se em São Paulo em 1919 – modificaram a fisionomia da cidade. Mesmo com as crises sucessivas, resultado da própria oscilação dos preços do café no mercado mundial, São Paulo seguiu, pelo menos até a década seguinte, com destacado papel na condução da política nacional, e não foram pequenas as transformações urbanas por que passou nesse período, quando uma série de intervenções do poder público deu à cidade o aspecto vertiginoso de metrópole.

Por outro lado, artistas e intelectuais paulistas, em seu regresso de viagens à Europa, traziam na bagagem a notícia dos movimentos de vanguarda que eclodiam em solo europeu – o futurismo, o expressionismo, o cubismo e o dadaísmo, principalmente. Como movimento ligado às artes plásticas o modernismo apareceu em 1917, na segunda exposição de Anita Malfatti, que foi duramente criticada, inclusive por Monteiro Lobato, para quem a linguagem pictórica da artista era “incompreensível, ilógica e inconsequente”. Enquanto o campo cultural do Rio de Janeiro sentia o peso da presença de instituições e personagens ligados a um mundo intelectual e artístico marcado pelo academicismo, pelo parnasianismo e pela tradição, São Paulo, surgia como espaço ideal para a eclosão do movimento modernista. No dizer de Mário de Andrade, “São Paulo estava ao mesmo tempo, pela sua atualidade comercial e pela sua industrialização, em contato mais espiritual

e mais técnico com a atualidade do mundo”.

A Semana de Arte Moderna foi o coroamento de todo um processo que procurou adaptar os movimentos de vanguarda europeus à trajetória da arte no Brasil. Realizada em fevereiro de 1922, a Semana estava inserida nas festas de celebração do Centenário da Independência. Destacaram-se na programação a apresentação de Villa-Lobos, que regeu sua orquestra com um dos pés calçado de chinelo, a leitura de Ronald de Carvalho do poema *Os sapos*, de Manuel Bandeira, que terminou numa sonora vaia – que não significou repúdio –, além da conferência sobre estética e literatura proferida por Menotti del Picchia.

Pode-se dizer que a concepção do programa da revista *Klaxon* foi resultado direto do que aconteceu na Semana de Arte Moderna e dos rumos que arte tomava no Brasil. De idêntico formato desde o primeiro ao último número, a *Klaxon* pretendeu também causar escândalo. Proclamando o valor estético de números e letras em si mesmos, como formas gráficas cheias de significado, para além de seu uso meramente funcional ou fonético, a capa da revista trazia um imenso “A”, lembrando o formato invertido das antigas buzinas de automóvel. Era o único “A” da capa, de tal sorte que era comum a todas as palavras que vinham ali escritas.

Primeiro órgão do movimento modernista, não por acaso o nome da revista veio de empréstimo de uma fábrica americana de buzinas. A explicação para semelhante escolha pode ser deduzida do editorial que acompanhava o primeiro número, no qual se proclamava “em voz alta” o elogio do novo, do construtivismo, da técnica, do cinematógrafo, e se manifestava o repúdio daquela geração a uma estética identificada com o século XIX, acabando-se por concluir que “há 130 anos a humanidade está fazendo manha”.

Automóveis, estradas, aeroplanos, o culto da velocidade e do movimento foi traço fundamental do modernismo, porquanto capaz de instaurar certa atualidade estética na arte e na cultura – “*Klaxon* não se preocupará de ser novo, mas de ser atual”, como dizia o editorial do primeiro número. E ser atual, para os editores da *Klaxon*, não significava tanto, como os futuristas propunham, promover uma destruição de bibliotecas e museus ou soterrar de vez as ruínas do coliseu, mas apenas não reconstruir o que ruiu – “o campanile

de São Marcos era uma obra prima, devia ser conservado. Caiu. Reconstruí-lo foi uma erronia sentimental e dispendiosa”, concluíam os editores da revista.

A diferença dos movimentos entende-se pelo peso que a duração do passado tem para cada um deles. Por isso, “*Klaxon* não é futurista. *Klaxon* é klaxista”, como dizia o citado editorial. E o reconhecimento dessa especificidade do modernismo brasileiro, por outro lado, não foi uma aquisição tardia do movimento, mas se traduziu pela forma como os modernistas utilizaram as novas linguagens na tentativa de se apropriar da nação. *Paulicéia desvairada* e *Macunaíma*, de Mário de Andrade, *Cobra Norato*, de Raul Bopp, *Martin Cererê*, de Cassiano Ricardo, no domínio da literatura; *A negra* e *Tropical*, de Anita Malfatti, *Abapuru e Antropofagia*, de Tarcila do Amaral, ou mesmo *Paisagem brasileira*, de Lasar Segall, no campo da pintura, podem ser vistos no horizonte dessa proposta de entendimento do Brasil enquanto nação.

O último número da *Klaxon* foi publicado em janeiro de 1923 – numa edição que apareceu com os volumes oito e nove – e como aquela era uma época de manifestos e de publicações combativas, seus editores e colaboradores permaneceram escrevendo artigos e ensaios em defesa do modernismo em outros órgãos que se sucederam (*Revista de Antropofagia*, *Estética*, *Pau-Brasil* etc.). Para que deixasse de ser publicada, muito contribuíram o fracasso financeiro da empreitada (corria a notícia de que a *Klaxon* tinha um único assinante, que era, ao mesmo tempo, o único anunciante da revista), a circunstância da própria velocidade das transformações, que dava a tudo um caráter de transitoriedade, e o fato de que os próprios editores da revista confessaram que deixara de ser divertido publicá-la.

*Eduardo Junqueira*

FONTES: LOBATO, M. *Urupês*; MARTINS, W. *Idéia*; STEGAGNO-PICCHIO, L. *História*; TELES, G. *Vanguarda*.

## **KONDER, ADOLFO**

\*dep. fed. SC 1921-1926; gov. SC 1926-1930; const. 1934.

*Adolfo Konder* nasceu em Itajaí (SC) no dia 16 de fevereiro de 1884, filho de Marcos Konder e de Adelaide Flores Konder. A partir de seu pai, negociante de origem alemã e membro destacado do Partido Republicano Catarinense, a família Konder passou a exercer grande influência no estado, consolidada pela atuação de Adolfo e três de seus irmãos na vida pública. Vítor Konder foi deputado federal em 1920 e ministro da Viação e Obras Públicas do governo de Washington Luís (1926-1930), Arno Konder seguiu carreira diplomática, exercendo em 1940 as funções de encarregado de negócios do Brasil nos Estados Unidos, e Marcos Konder, homônimo do pai, foi prefeito de Itajaí.

Depois de fazer os primeiros estudos com o educador Stanke, de origem alemã, Adolfo Konder frequentou, entre 1892 e 1898, o Colégio Santo Antônio, em Blumenau (SC). Nesse último ano, começou a trabalhar na casa comercial dirigida por seus irmãos em Itajaí. De 1900 a 1903 cursou, em São Leopoldo (RS), o Ginásio Nossa Senhora da Conceição, e em seguida ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se bacharelou em 1908.

Iniciou suas atividades políticas em 1910 como secretário do Centro Civilista de Santa Catarina, trabalhando ao lado de Hercílio Luz em apoio à campanha de Rui Barbosa para as eleições presidenciais, vencidas por Hermes da Fonseca. Em 1913, interrompeu o exercício da advocacia para ingressar nos quadros do Ministério das Relações Exteriores, a convite do chanceler José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco. No Itamarati, ocupou os cargos de oficial da Secretaria de Estado e diretor do Bureau da Guerra. Com a eleição de Hercílio Luz para a presidência de Santa Catarina em 1918, em setembro desse ano foi nomeado secretário estadual da Fazenda, permanecendo no cargo até outubro de 1920. Nos dois anos seguintes, atuou na campanha de Artur Bernardes para a presidência da República, que sairia vitoriosa no pleito realizado em 1922.

Eleito deputado federal em 1921 na legenda do Partido Republicano Catarinense e reeleito em 1924, Adolfo Konder integrou a Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara, apresentando trabalhos sobre a construção de uma estrada de ferro entre São Francisco do Sul (SC) e Assunção, e um estudo sobre o tratado assinado em 1922 entre Brasil e Portugal.

Considerado um dos membros mais ativos de seu partido, exerceu a liderança da bancada republicana de Santa Catarina na Câmara dos deputados em 1925 e 1926, ano em que foi eleito presidente do estado.

Durante sua gestão, promoveu melhoramentos nos portos de Florianópolis, Itajaí e São Francisco do Sul, defendeu a indústria ervateira, disciplinou o comércio de pinho, promoveu a edição da legislação especial sobre reflorestamento, promoveu o I Congresso Estadual de Professores e o I Congresso Catarinense de Municípios, modernizou a Força Pública, abriu, entre outras, a estrada Joinville-Curitiba, realizou a drenagem do rio Cachoeira e estimulou a produção de trigo. Realizou ainda uma série de obras urbanas na capital do estado, como a construção do palácio da Justiça e do mercado municipal, e a complementação do acesso à ponte Hercílio Luz, que liga Florianópolis ao continente. Foi o primeiro governante catarinense a viajar, em caráter oficial, até a região fronteira com a Argentina.

No início de 1930, a campanha eleitoral para a presidência da República dominou o cenário político nacional, opondo o candidato situacionista Júlio Prestes a Getúlio Vargas, que era apoiado pela coligação oposicionista Aliança Liberal. Adolfo Konder, que na mesma época concorria a uma cadeira no Senado Federal na vaga do general Filipe Schmidt, apoiou ativamente o candidato oficial para a presidência, sendo ambos vitoriosos nas urnas em março de 1930. Entretanto, em virtude da expressiva votação obtida pela Aliança Liberal em seu estado, decidiu permanecer no governo de Santa Catarina até o fim de seu mandato, em 28 de setembro, quando passou o cargo para Fúlvio Coriolano Aducci.

Depois do resultado do pleito, importantes setores da oposição aderiram à pregação revolucionária dos seus segmentos mais radicais, aproximando-se dos “tenentes” que durante a década de 1920 haviam promovido diversos levantes militares contra o governo federal. Criaram-se assim as condições para a eclosão, em 3 de outubro, da Revolução de 1930, vitoriosa depois de 21 dias de luta. Adversário do movimento, Adolfo Konder passou a fazer oposição ao governo provisório chefiado por Vargas, que nomeou em 24 de novembro o general Ptolomeu de Assis Brasil interventor federal em Santa Catarina.

Adolfo Konder apoiou a Revolução Constitucionalista deflagrada em São Paulo em julho de 1932, que deu início a uma guerra civil entre forças paulistas e federais. A luta terminou no início de outubro com a vitória do governo provisório, que no fim do ano anunciou a

realização de eleições em maio de 1933 para a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte, reivindicação que constava do programa das forças derrotadas. No início de 1933, Adolfo Konder foi um dos principais articuladores da reorganização do Partido Republicano Catarinense (PRC), ao lado de Fúlvio Aducci, Edmundo da Luz Pinto, Cid Campos, Abelardo Luz, Antônio Vicente Bulcão Viana, Celso Bayma, Henrique Rupp Júnior e seu irmão Marcos Konder. Para concorrer às eleições, o PRC e a Legião Republicana Catarinense formaram a Coligação por Santa Catarina, que elegeu apenas Adolfo Konder para a Constituinte, enquanto o Partido Liberal Catarinense, liderado pelo novo interventor federal Aristiliano Ramos, obteve três cadeiras, ocupadas por Carlos Gomes de Oliveira, Arão Rebelo e Nereu Ramos.

Durante o exercício desse mandato, Adolfo Konder apresentou projeto que ampliava os direitos dos estrangeiros no país. Em 16 de julho de 1934 a nova Constituição foi promulgada, e no dia seguinte Getúlio Vargas foi eleito presidente da República, mas os mandatos dos constituintes foram prorrogados até a expedição dos diplomas dos novos parlamentares que seriam eleitos em 14 de outubro daquele ano. As eleições para a Assembleia Constituinte do estado de Santa Catarina, encarregada da escolha do governador e de dois senadores, foram marcadas para a mesma data.

Na qualidade de presidente do PRC, Adolfo Konder participou ativamente da rearticulação da Coligação por Santa Catarina. Na Constituinte estadual, verificou-se um equilíbrio entre as bancadas oposicionista e situacionista. Pouco depois, o interventor Aristiliano Ramos foi preterido por Nereu Ramos como candidato do Partido Libertador (PL) ao governo do estado e aderiu à coligação oposicionista, que lançou seu nome para o cargo. Entretanto, a relação de forças entre as bancadas foi alterada desfavoravelmente à Coligação por Santa Catarina, com a adesão de alguns deputados republicanos ao PL. Às vésperas da data marcada para a instalação da Constituinte, os representantes liberais e os dissidentes republicanos se refugiaram em um quartel da guarnição federal e deram início aos trabalhos, elegendo em seguida Nereu Ramos para o governo estadual e Cândido Ramos e Artur Ferreira da Costa para o Senado.

Com a implantação do Estado Novo (10/11/1937), Adolfo Konder afastou-se momentaneamente da vida pública, para engajar-se mais adiante em movimentos pela redemocratização do país, tornando-se, em abril de 1945, um dos fundadores da União

Democrática Nacional (UDN) e membro de sua comissão de estudos administrativos e financeiros. Depois da derrubada do Estado Novo (29/10/1945), tornou-se um dos principais líderes dessa agremiação, sendo eleito, em outubro de 1950, suplente de deputado federal por Santa Catarina.

Adolfo Konder foi fundador e diretor proprietário dos jornais *Novidades* e *Diário da Tarde*, de Florianópolis, além de patrono da cadeira nº 26 da Academia Catarinense de Letras e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do estado.

Faleceu no Rio de Janeiro em 24 de setembro de 1956.

Entre seus sobrinhos, destacaram-se Valério Régis Konder, membro da Aliança Nacional Libertadora em 1935, militante do Partido Comunista Brasileiro e candidato ao Senado em 1950 pelo então Distrito Federal na legenda do Partido Republicano Trabalhista; Antônio Carlos Konder Reis, deputado federal por Santa Catarina (1955-1963), senador (1963-1975) e governador do estado entre 1975 e 1979, e Jorge Konder Bornhausen, governador de Santa Catarina (1979-1983) e senador (1983-1991).

Entre outras obras, publicou *A isenção do serviço militar e a dupla nacionalidade* (1924), *Programa de governo* (1926) e *Pontos de um programa* (1926).

Vilma Keller

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; CABRAL, O. *Era*; CABRAL, O. *História*; CÂM. DEP. *Deputados. Câm. Dep. seus componentes*; *Encic. Mirador*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; GUIMARÃES, A. *Dicionário*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Ilustração Brasileira* (12/1922); JAMUNDÁ, T. *Catarinenses*; LEITE, A. *História*; LIMA, J. *Como*; NABUCO, C. *Vida*; *Quem é quem no Brasil*; SILVA, H. 1935; SILVA, Z. *Perfis*; SOUSA, J. *Índice*; TIAGO, A. *História*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.